

Introdução

Heber Ricardo da Silva

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

SILVA, HR. *A democracia impressa: transição do campo jornalístico e do político e a cassação do PCB nas páginas da grande imprensa, 1945-1948* [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. 240 p. ISBN 978-85-7983-012-9. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.



All the contents of this chapter, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste capítulo, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de este capítulo, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

INTRODUÇÃO

O objetivo deste livro é historiar e analisar o papel da grande imprensa do eixo Rio de Janeiro-São Paulo no campo político, quando da transição do regime estadonovista para a ordem democrática, e seus posicionamentos e apreciações com relação à cassação do PCB, ocorrida em maio de 1947, e a dos mandatos parlamentares dos comunistas, em janeiro de 1948, atos que feriram a noção democrática de liberdade de expressão, que fora anteriormente invocada pela imprensa escrita contra o Estado Novo. Portanto, esta obra foi pautada pela preocupação de precisar e analisar historicamente o papel desempenhado e as relações encetadas por grandes jornais brasileiros nesse período de dupla transição, tanto política, marcada pela retomada da democracia parlamentar representativa, como jornalística, caracterizada por seus passos em direção ao modelo imprensa-empresa, ou seja, quando os grandes jornais atenuavam sua condição de veículo de expressão de grupos e partidos políticos específicos mas ainda não se caracterizavam totalmente como típicos jornais empresariais.

Não é nosso objetivo a realização de uma análise político-institucional do PCB, nem observar a atuação do partido no cenário político nacional do imediato pós-guerra, uma vez que os fatos políticos diretamente relacionados à cassação da legenda e dos man-

dados dos políticos comunistas, assim como a ação partidária, são tratados pela ampla bibliografia ocupada com a atuação dos comunistas.¹ Tampouco pretendemos cuidar dos acontecimentos políticos ligados ao final do Estado Novo e à transição para a ordem democrática, pois, de certa forma, contam com uma gama de estudos das áreas de ciências sociais e história, sobretudo aqueles que tratam do período de 1945 a 1964, seja ocupados com o sistema político-partidário como um todo, seja com a análise dirigida a um partido específico.²

Assim, buscamos entender e analisar historicamente a ação, os interesses e as justificativas dos principais jornais cariocas e paulistas na defesa da democracia parlamentar representativa, diante dos sérios arranhões que esse regime sofrera com a cassação do PCB e dos mandatos comunistas legalmente obtidos. Trata-se, portanto, de buscar caracterizar e compreender a ação dos grandes jornais

-
- 1 No âmbito dos estudos históricos e de áreas afins constam obras calcadas numa análise sistêmica do PCB ou ocupadas com a gênese, organização e dinâmica do partido em distintas fases de sua existência, dentre elas destacamos os trabalhos de: Chilcote, Ronald. *Partido Comunista Brasileiro: conflito e integração, 1922-1972*. Rio de Janeiro: Graal, 1982; Pereira, Astrogildo. *Construindo o PCB (1922-1924)*. São Paulo: Lech, 1980; Carone, Edgar. *O PCB (1943-1964)*. v.2. São Paulo: Difel, 1982; Rodrigues, Leôncio Martins. "O PCB: os dirigentes e a organização". In: Fausto, Boris (dir.). *História geral da civilização brasileira*. O Brasil republicano. v.3, t.III. São Paulo: Difel, 1983; Pandolfi, Dulce. *Camaradas e companheiros: história e memória do PCB*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1995.
 - 2 Ver Benevides, Maria Victória. *A UDN e o udenismo*. São Paulo: Paz e Terra, 1981; Busetto, Áureo. *A democracia cristã no Brasil: princípios e práticas*. São Paulo: Editora UNESP, 2002; Calil, Gilberto Grassi. *O integralismo no pós-guerra: a formação do PRP (1945-1950)*. Porto Alegre: EDPUCRS, 2001; D'Araújo, Maria Celina. *Sindicato, carisma e poder: o PTB de 1945-1965*. Rio de Janeiro: FGV, 1996; Delgado, Lucília de Almeida. "Partidos políticos e frentes parlamentares: projetos, desafios e conflitos na democracia". In: Ferreira, J. & Delgado, L. A. N. (orgs.). *O Brasil republicano*. v.3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003; Hecker, Alexandre. *Socialismo sociável: história da esquerda democrática em São Paulo*. São Paulo: Editora UNESP, 1998; Hippólito, Lúcia. *PSD: De raposas a reformistas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985; Sampaio, Regina. *Adhemar de Barros e o PSP*. São Paulo: Global, 1982; Souza, Maria do Carmo Campello de. *Estado e partidos políticos no Brasil, 1930-1964*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1983, entre outros.

brasileiros no papel de defensores das liberdades democráticas e de seu empenho na busca pela autonomia da imprensa com relação ao poder político – quer do Estado, quer de governos constituídos – durante um capítulo de transição política da história republicana e dentro de um quadro jornalístico marcado pela convivência entre o jornalismo opinativo/interpretativo e o noticioso, ou seja, quando a notícia ganhava contornos mais nítidos de mercadoria e a imprensa vivenciava algumas etapas no seu processo de profissionalização. É necessário considerar, ainda, que este trabalho objetiva também compreender e analisar as ligações entre os posicionamentos dos principais jornais sobre as ações oficiais contra o PCB e a atuação anterior deles contra o autoritário regime estadonovista; as aspirações desses órgãos da imprensa quanto à democratização da sociedade brasileira expressas em material jornalístico que noticiava e analisava a tentativa de Getúlio Vargas de continuar no poder, o movimento “queremista”, a legalização do PCB, os pleitos eleitorais ocorridos em 1945 e 1947 e seus resultados, os trabalhos da Assembleia Constituinte, a Constituição de 1946, a política externa brasileira em relação à antiga URSS e aos EUA e, por fim, os primeiros acontecimentos ligados à Guerra Fria.

Para a realização da pesquisa foram selecionados seis jornais da grande imprensa nacional, ou seja, os paulistas *O Estado de S. Paulo* (OESP), *Diário de S. Paulo* (DSP) e *Folha da Manhã* (FM), e os cariocas *Correio da Manhã* (CM), *Jornal do Brasil* (JB) e *O Globo* (OG). A escolha desses jornais decorreu não apenas do fato de serem os mais vendidos, segundo padrões da época, mas, também, por serem editados e circularem nos dois maiores centros urbanos do país. Além da importância econômica e política de ambos, Rio de Janeiro e São Paulo apresentavam as maiores e mais bem organizadas seções do PCB, um número significativo de políticos comunistas eleitos para os legislativos federal, estaduais e municipais e, também, uma expressiva atuação da imprensa comunista. Os seis periódicos faziam parte do seletivo grupo denominado grande imprensa, entendida como aquela que passava a apresentar uma estrutura empresarial com moderno parque gráfico, rotativas de últi-

ma geração, com capacidade para aumentar a tiragem de jornais, e a divisão interna do trabalho – com repórteres, fotógrafos, redatores, gráficos e colunistas –, exibindo, assim, maior poder de intervenção na vida política nacional e uma estrutura técnica capaz de ampliar seu público leitor e o espaço publicitário em suas páginas. Atuaram significativamente no debate político nacional ao publicar editoriais, reportagens, entrevistas, charges e imagens acerca de acontecimentos ligados ao fim do Estado Novo e à implantação da democracia parlamentar representativa. Ademais, mesmo seguindo linhas editoriais distintas, os seis jornais foram escolhidos por se declararem liberais, se mostrarem como defensores incondicionais do regime democrático e serem os que mais noticiaram ou se manifestaram em relação aos atos governamentais e aos de outros agentes políticos favoráveis ao cerceamento das liberdades comunistas no jogo político nacional.

Diversos pesquisadores se preocuparam em demarcar os caminhos percorridos pela imprensa nacional, formulando várias periodizações para explicar a história da imprensa, bem como as transformações técnicas e estruturais alcançadas pelo setor. Podemos periodizar a história da imprensa brasileira a partir de vários ângulos, por exemplo, em função dos acontecimentos políticos ou institucionais, das revoluções tecnológicas vivenciadas ao longo dos séculos ou momentos de transformações linguísticas ou culturais. Embora as periodizações históricas sejam sempre arriscadas e questionáveis, sobretudo as que se referem à imprensa brasileira, três periodizações têm marcado a bibliografia sobre o tema, sendo que uma delas é apontada por conjunto bibliográfico mais recente.

De acordo com o historiador Nelson Werneck Sodré (1999, p.261-75), a imprensa brasileira até a segunda metade do século XIX era caracterizada por uma estrutura artesanal, com técnicas de trabalho rudimentares, sem dispor de um aparato técnico desenvolvido e uma ampla organização estrutural e econômica. Foi somente a partir do final do século XIX, com a introdução de inovações técnicas, que a imprensa artesanal cedeu espaço para a industrial, baseada em uma estrutura empresarial que lhe possibili-

tara o aumento de sua área de abrangência, distribuição, tiragens e aproximação dos padrões e das características peculiares de uma sociedade burguesa. Nessa fase da imprensa brasileira, surgiram o serviço telegráfico, as ilustrações, proporcionando maior número de edições e de tiragens, que chegavam a até 50 mil exemplares. Porém, foi com a consolidação da República, no início do século XX, que a imprensa nacional também se consolidaria, ou seja, os jornais entraram definitivamente na fase industrial, apresentando, a partir de então, características empresariais e comerciais, momento em que as notícias passaram a ser entendidas como mercadoria, algo que poderia ser comercializado como qualquer outro produto. Era o fim do jornal como empreendimento individual e isolado, e surgem os grandes conglomerados jornalísticos capazes de influir fortemente na vida política nacional.

Por sua vez, Bahia (1967, p.46-86) oferece outra periodização à história da imprensa brasileira. Segundo ele, a fase inicial foi marcada pelo surgimento dos primeiros jornais, período que vai de 1808 a 1880. Nesse período, o jornal era produzido de forma artesanal e a imprensa atuava em condições precárias, em prédios velhos e com máquinas de segunda mão compradas de países mais adiantados industrialmente. O segundo momento, denominado fase de consolidação e aventura industrial, começou por volta de 1880 e se estendeu até a década de 1930. Tal período se caracterizou pela passagem da tipografia artesanal à indústria gráfica, anúncio em cores, surgimento das agências especializadas de publicidade, aprimoramento da mão de obra gráfica, re-aparelhamento técnico dos jornais e surgimento do jornal em formato *standard*. A tipografia perdeu o seu caráter artesanal e conquistou a posição de indústria gráfica, trazendo consigo quatro inovações importantes: máquina de papel, prensa mecânica, prensa rotativa e linotipo. Já a terceira fase, classificada como moderna, foi marcada pelo surgimento do rádio, das cadeias jornalísticas e aumento de tiragens. Inegavelmente, a partir de 1930 ocorreu um desenvolvimento desenfreado dos meios gráficos e reais aprimoramentos das formas de se fazer jornal, tornando-se esse setor um poder de indiscutível

capacidade econômica. Embora os jornais tivessem vivenciado tamanho progresso nessa terceira fase, a imprensa também passaria por uma das fases mais críticas de sua história com a emergência do Estado Novo, que, segundo Bahia, representou um dos mais lamentáveis episódios para o periodismo latino-americano. Por fim, foi a partir do final da Segunda Guerra Mundial e na esteira dos acontecimentos de inegável despertar social – como a mobilização popular pela Constituinte de 1946, a queda da ditadura Vargas, a expansão das indústrias de base – que surgiu o novo jornalismo. Nesse período, a imprensa vivenciou transformações ainda mais aceleradas em todos os setores, passando a competir pelos leitores, que proporcionariam, conseqüentemente, aumento de tiragens e vendagem. Nessa fase, a imprensa nacional começou a sofrer influência do jornalismo norte-americano e passou a ser constituída por empresas de comunicação dotadas de considerável estrutura técnica, se comparadas às das imprensas norte-americana e europeia.

Para Lattman-Weltman (1996, p.157-75), a história da imprensa brasileira pode ser dividida em três grandes períodos. A fase pré-capitalista, quando se deu a instalação das primeiras folhas no Brasil, cujos serviços prestados eram apenas informativos. Fase que perduraria até o final do século XIX.³ A segunda fase iniciou-se quando a imprensa passava a incorporar, além das notícias, a opinião política, momento em que surgem as primeiras folhas oposicionistas, abolicionistas ou republicanas, as quais se beneficiavam, inicialmente, da liberalização e implantação das primeiras tipografias no Brasil. Surgiria, então, o jornalismo literário, que privilegiaria os imperativos propagandísticos de ideias e opiniões. A terceira fase, iniciada a partir da década de 1950, caracterizava-se por modificações decisivas para a imprensa, como o avanço das técnicas, aumento do número de publicações e tiragem. O jornal, além de assumir cada vez mais um caráter de empresa, dependente, na

3 Essa fase é representada pela *Gazeta*, do Rio de Janeiro, o primeiro jornal brasileiro surgido em 1808.

mesma proporção, da publicidade e de verbas oficiais, vê-se obrigado a competir mais intensamente pela divulgação de notícias.

Nesse sentido, Abreu (1996, p.15-30) apontou que, a partir da década de 1950, a imprensa foi abandonando aos poucos uma de suas tradições, o jornalismo de combate, de crítica, de opinião, distanciando-se do modelo francês de jornalismo até então seguido. Foi quando a imprensa passou a seguir o modelo de jornalismo norte-americano, ou seja, um modelo que “privilegiava a informação e a notícia e que separava o comentário pessoal da transmissão objetiva e impessoal da informação”. Essas transformações foram empreendidas em parte pela influência de alguns jornalistas brasileiros que, após terem vivido nos EUA na primeira metade dos anos 1940, retornavam ao Brasil entusiasmados com a organização e as técnicas jornalísticas daquele país. Com a escolha desse modelo, a imprensa nacional passou por inúmeras alterações, ao vivenciar um vertiginoso aumento de tiragens, a aplicação de novas técnicas, o uso da impessoalidade na escrita e o tratamento da realidade *stricto sensu*. A partir da década de 1950 ocorre a profissionalização da atividade jornalística, além da introdução dos primeiros cursos superiores de jornalismo no Brasil e investimentos no setor publicitário, desencadeando, assim, a implantação no país de grandes agências de propaganda. Dessa forma, novas técnicas de apresentação gráfica e inovações na cobertura jornalística foram introduzidas, o que trouxe modificações substanciais na estrutura e linguagem jornalísticas. Ademais, a infiltração de capitais estrangeiros na imprensa brasileira, especialmente o norte-americano, deve ser entendida num quadro mais amplo, no qual o imperialismo desenvolveu suas ações, num período em que se viu obrigado a realizar um controle direto da imprensa nos países dependentes com a montagem, neles, de sua própria imprensa. Assim, a imprensa se torna menos livre quanto mais adquire o caráter de empresa, quanto mais se torna dependente das agências de notícias e agências de propaganda internacionais, bem como das verbas governamentais. Por sua vez, Ribeiro (2003, p.148) afirmou que a profissionalização da atividade jornalística ocorreu somente a partir da década de 1950.

Além disso, apontou que, nessa mesma década, o jornalismo empresarial foi pouco a pouco substituindo o político-literário e, dessa forma, a imprensa abandonava a tradição de polêmica, de crítica e de doutrina e assumia características de um jornalismo que prezava informação transmitida “objetiva” e “imparcialmente”, que separava o editorial do comentário pessoal e da opinião. Para Barbosa (2007, p.149-53), a partir dos anos 1950 uma série de mudanças foi introduzida no jornalismo brasileiro e transformou inteiramente a face dos grandes jornais. Segundo a autora, “começava aí a nova imprensa brasileira, caracterizada pela profissionalização do jornalismo e intensificação da influência jornalística norte-americana”. Além disso, acrescenta, as reformas ocorridas nos jornais a partir daquela década deveriam ser entendidas como o momento de construção, pelos próprios profissionais, do marco fundador de um jornalismo moderno, caracterizado pela objetividade e neutralidade.

Ao contrário da bibliografia mais recente, e precisando as elaboradas por Werneck Sodré e Bahia, defendemos, com base em evidências empíricas e em sua análise, que a imprensa brasileira durante a década de 1940, notadamente na sua segunda metade, já vivenciava algumas etapas da sua profissionalização. Assim como a categoria dos jornalistas se empenhava em ampliar esse quadro, a produção dos principais jornais brasileiros já seguia alguns elementos colhidos do modelo norte-americano e havia empresas jornalísticas determinadas a garantir ou ampliar a autonomia do jornalismo em relação ao Estado e governos, como foram os casos de *OESP* e do *CM*. Assim, a imprensa no período analisado experimentava um quadro jornalístico marcado pela convivência entre o jornalismo opinativo/interpretativo e o noticioso, mesclando traços do modelo de jornalismo francês com o norte-americano. Logo, o que se via no campo jornalístico era um período de transição, o qual refletia também a transição no campo político nacional, ou seja, a passagem do Estado Novo para a etapa da democracia parlamentar representativa.

Vale destacar que dois livros estão diretamente ligados à temática desta pesquisa, uma vez que tratam das relações entre comunis-

tas e imprensa, embora abordem períodos distintos e se ocupem mais detidamente com o anticomunismo. O primeiro é o livro de Mariani (1998), que discorre sobre dois objetos bastante definidos, a imprensa e o PCB, calcado estritamente na análise do discurso. A autora identifica as formações ideológicas e discursivas que constituíram ideologicamente a memória política do país, além da produção discursiva dos principais periódicos brasileiros, bem como a narrativa e a memória sobre os comunistas. Porém, não cuida analiticamente do período focalizado por nosso trabalho, esquecendo importantes temas como os processos eleitorais, a cassação da legenda e dos mandatos comunistas e o contexto político internacional. De acordo com Mariani (1998, p.59), se antes a imprensa era encarada como um veículo neutro e imparcial, sem participação significativa na vida política nacional, hoje ela assume um caráter ativo e interpretativo, e a cada dia fica mais próximo o entrelaçamento dos acontecimentos políticos e a notícia. Além disso, a autora entende que a imprensa pode tomar direções de sentido a partir do relato de determinado fato como perceber tendências de opinião ainda tênues e dar-lhes visibilidade, tornando-as eventos-notícias. Dessa maneira, a imprensa participa ativamente das situações em que existem tomadas de decisões políticas.

Após a queda do Estado Novo e o restabelecimento de um regime “democrático”, a imprensa nacional ganhou liberdade e maior poder de atuação e intervenção no cenário político nacional. Nesse período, os jornais buscaram despolitizar a atuação dos comunistas na Assembleia Nacional Constituinte, contribuindo, conseqüentemente, com a despolitização dos leitores e eleitores, ou seja, ao passar por modificações de cunho estrutural e assumindo aos poucos a posição de empresas de comunicação, os jornais retiraram das suas páginas os posicionamentos políticos ideológicos e colocaram em foco comportamentos e opiniões pessoais. Dessa forma, os jornais passaram a agir como juízes, pois emitiam juízos de valor sobre os acontecimentos nacionais, colocando os fatos para falar por si. Os fatos políticos sobre a cassação da legenda e dos mandatos comunistas em maio de 1947 e janeiro de 1948, respectivamente, são

muitas vezes omitidos pelos principais jornais do país. Durante o pós-guerra há a preocupação com o comunismo, mas as referências se refletem mais em âmbito internacional, tratando principalmente das disputas iniciais entre EUA, China e URSS no contexto permeado pela Guerra Fria. Segundo a autora, o objetivo desse tipo de tratamento político realizado pela imprensa nacional era silenciar e anular as ações comunistas e evitar qualquer suposta tentativa de subversão social e organização das massas trabalhadoras (Mariani, 1998, p.197-8).

Ao contrário da afirmativa da autora, nossa pesquisa permitiu perceber que a temática comunista, assim como sua ação partidária, recebeu a atenção da imprensa paulista e carioca do período. Os seis jornais pesquisados, embora vivenciassem um momento de transformações estruturais, apresentavam uma preocupação acentuada com o jogo político nacional e, sobretudo, com a possibilidade de desenvolvimento do comunismo no território nacional. Os periódicos publicaram diversas matérias, editoriais e reportagens para emitir juízos de valor e criar uma representação do PCB e da atuação de seus representantes parlamentares, além de realizar campanhas contra o comunismo, num período em que a Guerra Fria começava a despontar internacionalmente. Por certo, as representações sociais formuladas pelos comunistas são excluídas das páginas dos grandes jornais, mas a temática comunista, as ações coletivas de agentes ligados ao PCB e, acima de tudo, ações contra os comunistas – como repressão, prisões, fechamento de células e intervenção em comícios – foram tratadas de forma sistemática pelos jornais, com o objetivo de construir um discurso negativo à ideologia comunista, além de construir uma opinião pública contrária à atuação e ao funcionamento do partido no campo político nacional. Todavia, como será mostrado, nem todos os grandes jornais apoiaram a cassação do PCB e dos mandatos comunistas, e o fechamento da imprensa comunista.

O segundo livro é de autoria de Motta (2002), que se preocupa com as questões da formação do ideário anticomunista e sua evolução histórica no país, consonante ao rumo tomado pelos sucessos

históricos nacionais e internacionais do comunismo, além de abordar os assuntos referentes às disputas eleitorais, ao comunismo internacional e, sobretudo, às representações criadas pelos principais agentes sociais em períodos entre 1917 a 1964. A pesquisa na imprensa se configura como uma importante fonte para a efetivação do trabalho de Motta, por tratar-se de um poderoso instrumento de formação de opinião.⁴ Entretanto, o recorte histórico utilizado pelo autor engloba mais detidamente os períodos de 1935-1937 e 1961-1964, os quais representaram marcos de rupturas institucionais e deram origem à implantação de regimes autoritários de larga duração com consequências profundas. Embora tenha trabalhado com os anos subsequentes ao fim do Estado Novo de forma superficial, sem a preocupação de analisar a atuação e a dinâmica da grande imprensa em relação à defesa da democratização e manifestações contrárias ao PCB – fatos que constituem o objeto de nosso trabalho –, o autor nos alerta: “os jornais são poderosos instrumentos de pressão, e no mínimo influem na formação de ideias das classes médias e superiores, sendo responsáveis pela propagação de representações anticomunistas”. Dessa forma, a imprensa brasileira, principal consumidora das notícias elaboradas pelas agências de notícias dos EUA, alinhou-se e estruturou-se segundo os padrões de sua congênera norte-americana e passou a reproduzir o discurso anticomunista internamente. Muitas vezes, os órgãos da grande imprensa nacional foram responsáveis pela propagação de representações anticomunistas e se anteciparam às vezes ao Estado nas campanhas de repressão ao comunismo e defesa da ordem democrática e da liberdade de imprensa.

Ademais, a transição política do Estado Novo à ordem democrática foi processada, como bem definiu Souza (1983, p.105), sem pressão de qualquer movimento contestatório liderado por amplas bases sociais. Entretanto, podemos afirmar que as perseguições à

4 Motta trabalhou com os jornais *O Estado de S. Paulo*, *Diário de Minas*, *Jornal do Brasil*, *O Globo*, *Estado de Minas*, *Correio da Manhã*, *Folha de Minas* e outros. O período analisado pelo autor se insere em momentos de rupturas institucionais de grandes proporções como 1917-1918, 1935-1937 e 1961-1964.

imprensa brasileira, bem como a cassação do PCB e de seus eleitos, explicitaram as restrições colocadas ao nascente regime democrático do período. Segundo a autora, o regime democrático iniciado naquele ano não pode ser considerado propriamente como uma ruptura, mas, antes, como uma “inflexão” da vida política anterior, formada a partir da Revolução de 1930, acentuada durante o Estado Novo e parcialmente modificada pela ação dos principais condutores do processo de democratização em 1945; constituíram-se em fatores limitativos para o surgimento dos partidos societários, isto é, organizações partidárias independentes da máquina do Estado, apoiadas em identificações populares e lealdades históricas.

É necessário considerar, ainda, que, do ponto de vista teórico-metodológico, os jornais escolhidos para a análise não foram utilizados apenas como fontes de informação sobre a democratização do período analisado e a cassação do PCB e dos mandatos políticos dos comunistas, mas, também, tomados como objeto de análise, uma vez que os consideramos agentes do campo político nacional, o que significa dizer, seguindo Bourdieu (1989), que eles, tal como os partidos e homens de partidos, são produtores de bens políticos, ou seja, anunciam e enunciam problemas, soluções, acontecimentos, prognósticos e projetos políticos à população em plena concorrência com os demais agentes políticos, concorrendo, enfim, pela conquista do poder simbólico. Para Champagne (2003, p.75), a imprensa representa um agente central na realidade política, uma vez que produz efeitos sobre essa realidade ou pode criá-la por meio de suas visões midiáticas ocupadas em descrever fatos ou acontecimentos do campo político. Ademais, esta pesquisa procurou conhecer e analisar as relações entre os grandes jornais e demais agentes políticos, bem com as relações existentes dentro da própria empresa jornalística, pois, segundo Jeanneney (1996, p.224-5), esse conjunto de relações esbarra em questões políticas de uma maneira ou de outra, uma vez que na vida cotidiana de um jornal se reflete a vida política do país. A par dessas considerações, não analisamos apenas o material jornalístico em sua forma acabada, mas também os seus produtores, compreendendo e apreciando seus papéis no

debate político e, sobretudo, sua participação no processo de transição democrática no Brasil do período estudado.

Assim, o jornal pode ser definido como um importante agente político e elevado poder de intervenção na vida política e social do país, além de conquistar para si o maior número possível de leitores, o que lhe propiciará receitas em vendas avulsas e assinaturas, bem como publicidade, ou seja, os periódicos produzem e impõem uma visão particular do campo político, selecionando até mesmo o que deve ser publicado ou não. Vale destacar que o mundo dos jornalistas é dividido, há conflitos, concorrências e disputa pelo poder de falar em nome de uma totalidade de leitores. Mas os produtos jornalísticos apresentam certa homogeneidade, as diferenças evidentes, ou seja, as posições políticas dos periódicos ocultam semelhanças profundas, pois os jornais pesquisados falam em nome da ideologia liberal, apresentam estruturas técnicas bem parecidas, recebem notícias oriundas das mesmas agências noticiosas e muitas vezes se dirigem ao mesmo público leitor. Seja qual for o meio em que trabalhem, os jornalistas se leem, se ouvem e se olham muito entre si e, conseqüentemente, se reproduzem. Entretanto, vale destacar que, uma vez conquistado, o poder simbólico só pode ser conservado mediante a realização de um trabalho constante, necessário não só para acumular crédito, mas para evitar o descrédito. É isso que faz com que o homem político esteja comprometido com o jornalista, detentor de um poder sobre todos os instrumentos de grande difusão, o que lhe dá um poder sobre toda a espécie de capital simbólico, capaz de fazer ou desfazer reputações (Bourdieu, 2003, p.189), daí a importância da imprensa como elemento político em uma sociedade, uma vez que ela se apresenta como um instrumento de manipulação de interesses e intervenção na vida social. A partir disso, a história procura estudá-la como agente político destacado, com a preocupação de captar o movimento vivo das ideias e dos personagens que circulam nas páginas dos jornais. Além desses elementos, os jornais estão envolvidos em uma concorrência pelo poder de falar e marcar posição. Essa concorrência toma forma através da busca pelo furo, para ser o primeiro, a fim de conquistar

maior espaço social e, conseqüentemente, o maior número possível de leitores e anunciantes.

É possível afirmar que a imprensa escrita constitui um importante documento para o estudo histórico e tem sido utilizada em estudos historiográficos ocupados com temáticas culturais, econômicas e religiosas. Embora haja, ainda, obstáculos a serem vencidos no que tange ao estudo dos meios de comunicação, notadamente os impressos, os dados e informações oferecidos por esse tipo de imprensa se constituem em fértil manancial de fontes para a pesquisa histórica política, como afirmou Jeanneney (1996).⁵ Ou, como considerou Capelato (1998, p.13), os jornais são fontes das mais férteis para o conhecimento do passado e possibilitam ao historiador acompanhar o percurso dos homens através dos tempos, pois a imprensa registra, comenta e participa da história. De acordo com as orientações teóricas de Jeanneney (1996), o presente trabalho tem o objetivo de contribuir com o estudo da socialização dos homens, preocupando-se com os vínculos que aproximam ou distanciam os atores da mídia de todos os outros atores, especialmente os políticos.

Contudo, este trabalho não tomou os periódicos analisados apenas como narradores, comentaristas ou simples participantes do mundo político, mas também como destacados agentes e produtores de acontecimentos políticos, o que significa dizer que influenciavam as práticas nesse campo e são por elas influenciados, sem, contudo, descuidar da análise da sua organização e funcionamento, de sua atuação pública e privada e de suas estratégias. Mas, o trabalho historiográfico com o jornal não é fácil, uma vez que este atinge um público variado, oferece um conteúdo com muitas fontes e pontos de vista, apresentando informações fragmentadas e heterogêneas. Isto ocorre quando o jornal passa a refletir perspectivas do mercado, Estado, projetos editoriais e políticos e posições dos

5 De acordo com Jeanneney, existe um desequilíbrio de documentação; há uma massa enorme de papel impresso e, em contraste, uma mediocridade geral dos arquivos de empresas que permitiriam descrever a instituição jornal, suas finanças, seus métodos de recrutamento. No caso brasileiro, o mesmo se repete.

leitores, o que o torna, cada vez mais, um objeto de complicada análise. Esses elementos têm levado os historiadores a trabalhar com determinados focos dentro do jornal, e não o jornal como um todo, sobretudo centrando seus estudos, como caracterizou Sevcenko (2003, p.43), em editoriais, que refletem a opinião da empresa que encabeça o jornal e, portanto, suas conexões políticas mais evidentes, como na clássica tendência do jornalismo político desde o início do século XX, ou então as colunas e seções assinadas, que formam como que bolsões de sentido articulado e em séries que têm uma duração contínua e podem ser desdobradas ao longo do tempo.

Sendo assim, é necessário destacar que algumas partes do material jornalístico foram selecionadas para a realização desta pesquisa. Os editoriais foram escolhidos primordialmente por apresentar de forma clara e precisa as opiniões e a posição política e ideológica dos jornais em análise. Nos editoriais evidencia-se, ainda, a posição da empresa na escolha do serviço das agências internacionais, o que dá uma ideia do tipo de material desejado e das áreas a serem cobertas, além da atribuição de demasiado valor a determinadas matérias ou implantação do silêncio sobre acontecimentos e pessoas, bem como a valorização de notas e tópicos ali publicados. As matérias assinadas e não assinadas também mereceram atenção, pois podem possibilitar a identificação da estratégia utilizada pelos periódicos no processo de convencimento do leitor, por apresentar um conteúdo político alinhado à posição político-ideológica dos jornais, possuir um tom gramatical impessoal – capaz de reforçar a ideia de que tanto os fatos quanto os sujeitos falam por si –, além de constituir uma vastíssima massa documental sobre a história política nacional.

Vale ressaltar que essas áreas dos jornais estão mais suscetíveis à manipulação por parte dos jornalistas, capazes de alterar o caráter e os efeitos dessas notícias. Marcondes Filho (1986, p.39-48) nos alerta sobre três formas de falseamento das notícias observadas, em particular nas matérias assinadas e editoriais. A primeira delas diz respeito à *fragmentação da realidade*, ou seja, o jornalista desvincu-

la a notícia do seu fundo político e histórico, com o objetivo de esvaziá-la politicamente. Dessa forma, os homens se tornam objetos inconscientes das estruturas de dominação que criam diariamente. A segunda forma é a *personificação dos processos sociais* e das notícias em geral, com a presença de uma banalização dos fatos e o culto à personalidade, ou seja, a burguesia se ocupa da história como se ela fosse realizada por indivíduos e não pelas classes, tomando até mesmo a perseguição personalizada de agentes dos males sociais – por exemplo, os líderes comunistas – como forma de disseminar a desconfiança através das notícias e editoriais, além de conduzir ao endeusamento ou à execração de indivíduos. Por fim, uma outra forma de falseamento das notícias é a *polarização de conceitos*, ou o maniqueísmo noticioso, como forma de conduzir o leitor a optar entre dois extremos, como matérias que levam o indivíduo a escolher entre o regime capitalista e o comunista, apelando, obviamente, para interesses específicos de classe.

Com base nessas considerações, dividimos o texto em três capítulos. O primeiro discute a instituição do ensino superior de jornalismo e a gradual regulamentação e profissionalização da atividade jornalística no Brasil. Analisa ainda as transformações técnicas, mudanças gráficas e editoriais, bem como as modificações ocorridas no processo de produção vivenciadas pelas folhas paulistas OESP, DSP e FM e as cariocas CM, OG e JB. Além disso, tratamos do processo de modernização ocorrido na imprensa a partir da introdução das técnicas e experiências norte-americanas, as quais foram responsáveis pela inserção de um caráter mais “objetivo e empresarial” na imprensa brasileira. O capítulo trata também das relações sociais, econômicas e culturais que envolvem os proprietários e dirigentes jornalísticos das folhas aqui analisadas.

O segundo capítulo descreve e analisa as relações existentes entre jornais e a política durante o final do Estado Novo e o processo de “democratização nacional”. Dessa forma, tratamos de analisar a crise do Estado Novo e o restabelecimento da democracia parlamentar representativa no Brasil, lançando luzes sobre o papel desempenhado pela imprensa nesse processo, observando quais as suas

apreciações sobre os fatos políticos ocorridos e como ela se comportou no novo ambiente político que se inaugurara após a queda do Estado Novo. Ainda nesse capítulo apresentaremos as concepções de democracia emitidas pelos seis jornais estudados, bem como as suas análises e apreciações acerca dos acontecimentos políticos ocorridos durante a transição dos governos Vargas e Dutra, como a concessão da anistia política, organização partidária para as eleições, comícios partidários, o processo político-eleitoral, reatamento e rompimento de relações diplomáticas com a URSS, bem como a condução do processo de “democratização” por Dutra.

O último capítulo procura refletir sobre as ideias anticomunistas emitidas pelos jornais analisados, além de entender os posicionamentos das folhas acerca das práticas políticas dos comunistas dentro da nova conjuntura “democrática” que se formara após a queda do Estado Novo. Por fim, procura analisar os processos de cassação da legenda e dos mandatos comunistas, ocorridos em maio de 1947 e janeiro de 1948, respectivamente, destacando os posicionamentos dos seis jornais liberais brasileiros acerca dos atos restritivos à participação dos comunistas na vida político-partidária nacional.